

Trabalho com direitos

Os últimos anos foram marcados por uma política económica e do mercado laboral que penalizam fortemente os trabalhadores, em claro benefício dos patrões. Com o aprofundamento da crise aprofunda-se também a ofensiva contra os rendimentos do trabalho, contra as conquistas alcançadas através das lutas concretas nos locais de trabalho e na Revolução de Abril.

Banaliza-se o desemprego, a precariedade, e a perda de direitos sob o pretexto de uma crise financeira que não criámos. Diz o Governo e o grande patronato que os salários são para baixar, quando são na generalidade abaixo das necessidades diárias das famílias. Diz o governo e o grande patronato que o mercado de trabalho é para flexibilizar, quando o desemprego atinge níveis nunca antes vistos – são já um milhão e 400 mil desempregados! – e a precariedade mais de 50% dos jovens portugueses.

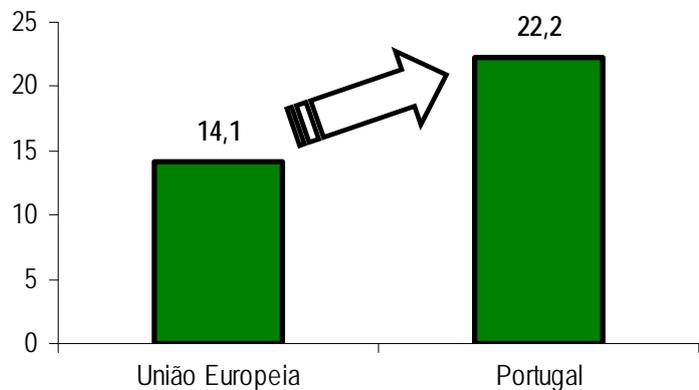
Trabalho com Direitos é Trabalho com um Vínculo Estável

A precariedade tem atingido, nos últimos anos, níveis nunca antes conhecidos. Sob o mote enganoso de um mercado de trabalho mais flexível, Governos e patrões desregulam as relações de trabalho, negando aos trabalhadores o direito à estabilidade no emprego e a uma organização do tempo de trabalho que permita conciliar as várias vertentes das suas vidas.

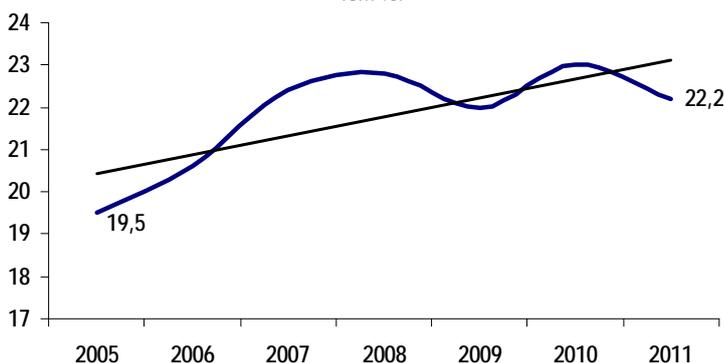
A precarização dos vínculos de trabalho serve como instrumento de pressão sobre os trabalhadores para abrirem mão de direitos fundamentais, face à permanente ameaça do despedimento ou não renovação dos contratos. Assim, funciona como forma de aprofundar a exploração sobre quem trabalha.

Portugal é o terceiro país da União Europeia com maior nível de precariedade, considerando o peso dos contratos a termo no total dos vínculos de trabalho estabelecidos, e encontrando-se muito acima da média da UE.

Contratos a termo
(em % do total de contratos, 2011)



Contratos a termo em Portugal
(em %)



Desde 2005 o número de contratos a termo tem vindo a aumentar progressivamente, apenas diminuindo com o disparar do desemprego. O fenómeno explica-se facilmente, sabendo-se que os trabalhadores com vínculos precários são as primeiras vítimas dos despedimentos – não podendo, por diversas vezes, recorrer às

prestações de desemprego por sucessivos contratos a prazo não permitirem atingir o período de garantia.

Aos mais de 770 mil trabalhadores por conta de outrem com vínculos a termo (nas suas mais diversas formas, e cada vez com maior criatividade; muitos feitos directamente com empresas de trabalho temporário), juntam-se milhares de trabalhadores a falsos recibos verdes, na sua maioria jovens.

A situação tende a agravar-se, com o aprofundar da austeridade e do ciclo de recessão económica a que esta política nos tem conduzido. As poucas ofertas que dão entrada nos centros de emprego – que não chegam a 1% do desemprego registado – são na sua esmagadora maioria referentes a contratos a prazo, e salários a rondar os 520€ (IEFP, Julho 2012).

O Estado, em vez de promover a estabilidade do emprego, é o primeiro a fazer uso dos vínculos precários como forma basilar de contratação – um em cada seis trabalhadores da função pública tem um contrato a prazo, depois de mais de 7 mil terem sido despedidos em apenas 6 meses (de Junho a Dezembro de 2011) e passarem a engrossar as fileiras de desempregados.

Mas os grandes contributos do Governo à precarização do emprego são as chamadas “Políticas Activas de Emprego”: logros criados com a falsa pretensa de minimizar o desemprego. Falamos do Impulso Jovem e dos Passaportes Emprego, na medida em que promovem o embaratecimento dos custos com o trabalho disponibilizando às empresas trabalho temporário e quase gratuito ou com salários muito baixos. Findos os programas – que beneficiam fundamentalmente as empresas – os trabalhadores abrangidos regressam ao desemprego, uma vez que as medidas são cegas quanto ao tipo de contratos de trabalho feitos ao abrigo das mesmas.

Trabalho com Direitos é Trabalho com um Salário Justo

O direito a um salário justo, que permita aos trabalhadores uma vida digna, é incontornável numa sociedade democrática e desenvolvida. Porém, os governos que nos têm (des)governado, de braço dado ao patronato, têm-se recusado a garantir a justa remuneração dos trabalhadores, condenando milhares à pobreza, sendo que, no 2º trimestre de 2012, mais de um milhão e 300 mil trabalhadores auferiam um salário inferior a 600 euros. Acrescentam as estatísticas que um em cada dez trabalhadores empregados é considerado pobre, e cresce o número de trabalhadores abrangidos pela Remuneração Mínima Mensal Garantida, que o Governo se recusa a aumentar.

A situação agrava-se e assume contornos dramáticos com as sucessivas medidas apresentadas pelo Governo que visam a desvalorização e a redução dos salários. Os ataques às remunerações do trabalho têm vindo de todos os lados – aumentos do IVA, a subida brutal da electricidade e do gás, das despesas com a saúde por via das taxas moderadoras, o roubo de parte do subsídio de Natal em 2011, a redução do pagamento das horas extraordinárias e, segundo o mais recente anúncio, o aumento do IRS através da diminuição do número dos escalões e da sobretaxa de 4%.

Trabalho com Direitos é Trabalho com uma equilibrada Organização do Trabalho

Os portugueses trabalham cada vez mais. Divergindo com o resto da Europa, prolongam-se as jornadas de trabalho, bem acima das 8 horas diárias conseguidas com o 25 de Abril, impedindo a conciliação do tempo de trabalho com o tempo para a família, para a formação, para a fruição cultural.

Em apenas dois anos, o número de trabalhadores com jornadas de trabalho superiores a 41 horas semanais cresceu mais de 30%. As alterações à legislação laboral, em vigor desde o início de Agosto, com as suas adaptabilidades, bancos de horas, trabalho extraordinário a baixos preços ou gratuito agravará o fenómeno, ao mesmo tempo que servem ao patronato como forma de empregar a preços de saldo e desempregar mais - também mais barato graças à redução das compensações por despedimento.

Outra política de emprego é possível e necessária

A luta contra o desemprego e contra a precariedade como flagelos sociais exigem respostas firmes e urgentes, em sentido oposto às que têm sido postas em prática pelo Governo e que têm, somente, agravado a situação do emprego em Portugal.

Assim a CGTP-IN propõe:

- A revogação das normas do Código de Trabalho que provocam o aumento da precariedade e potenciam o desemprego, nomeadamente os novos regimes de bancos de horas, a redução do pagamento do trabalho suplementar, as novas formas de despedimento, e em geral todas as normas que aumentam o tempo de trabalho;
- A implementação de políticas que assegurem o cumprimento do princípio constitucional do direito ao trabalho, promovam o pleno emprego e o emprego de qualidade, e combatam o desemprego.
- A promoção da contratação colectiva e dos direitos de participação das estruturas representativas dos trabalhadores.
- A limitação dos contratos a termo a situações de necessidade temporária de trabalho e o reforço da fiscalização.
- A passagem a efectivos de todos os trabalhadores que exercem funções de carácter permanente e a regularização dos falsos recibos verdes.
- Reduzir o horário de trabalho para as 35 horas semanais, sem adaptabilidade e sem redução de salário.
- Rever as medidas activas de emprego, garantindo que apenas se apoiam postos de trabalho permanentes.